



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Rua Presidente Kennedy, 20, São Sebastião, Brumadinho / MG. CEP: 35.460-000
CNPJ: 18.363.929/0001-40 Tel./Fax: (31) 3571 3008

Anexo 8: Convênio com o IEF – Aflobio;



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos - SISEMA
Instituto Estadual de Florestas - IEF
Regional Centro Sul



TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 2101090501911 FIRMADO ENTRE O INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - IEF E O MUNICÍPIO DE BRUMADINHO, COM FINS DE FIXAR CRITÉRIOS PARA A CRIAÇÃO DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO EM FLORESTAS, PESCA E BIODIVERSIDADE - AFLOBIO NO MUNICÍPIO.

O **INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - IEF**, autarquia criada pela Lei Estadual nº 2.606, de 5 de janeiro de 1962, alterada pela Lei Estadual nº 8.666, de 21 de setembro de 1984, regulamentada pelo Decreto nº 23.865, de 21 de setembro de 1984; Lei nº 12.582, de 17 de julho de 1997; Lei Delegada nº 79, de 29 de janeiro de 2003, alterada pela Lei Delegada nº 158, de 25 de janeiro de 2007; Decreto nº 44.372, de 9 de agosto de 2006; Decreto Estadual nº 44.466, de 16 de fevereiro de 2007, e Decreto nº 44.807, de 12 de maio de 2008, com sede em Belo Horizonte/MG, à Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/nº, Edifício Minas CEP: 31.630-900, Bairro Serra Verde, Cidade Administrativa,, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 18.746.164/0001-28, representado neste ato por seu Supervisor Regional Centro Sul, **CLÁUDIO NOGUEIRA BASTOS**, MASP nº 102.1235-5, de CI nº M- 4.008.878 expedida pela SSP/MG, residente e domiciliado à Rua Agostinho José Cabral, nº 71, Bairro Parques das Abelhas, CEP 36.325.000, município de Tiradentes/MG, mediante delegação de competência com base na Portaria IEF nº 45 de 13 março de 2008 (Minas Gerais de 14/03/08), e o **MUNICÍPIO DE BRUMADINHO-MG**, inscrito no CNPJ sob o nº 18.363.929/0001-40, Prefeitura Municipal situada à Rua Doutor Vitor de Freitas, 28, Centro, CEP 35.460.000, telefone (31)3571-3015 do GAB, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **AVIMAR DE MELO BARCELOS**, brasileiro, casado, portador da carteira de Identidade nº MG- 7.672.935 SSP/MG e inscrito no CPF sob o nº 892.393.506-91, residente e domiciliado a Rua Hortência, nº 289, Bairro Bela Vista, município de Brumadinho, Estado de Minas Gerias, CEP 35.460.000, firmam o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** com base Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Portaria IEF nº 102, de 17 de setembro de 2003, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo firmado entre o Instituto Estadual de Florestas - IEF e o Município de **BRUMADINHO/MG** a criação da Agência de Atendimento em Floresta, Pesca e Biodiversidade - **AFLOBIO**, sediada no Município citado, para a realização comum das seguintes atividades:



Assinatura

Assinatura



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos - SISEMA
Instituto Estadual de Florestas - IEF
Regional Centro Sul



1 - Fiscalização e conservação do patrimônio natural incluindo flora, fauna, mananciais e solo, nos termos do Código Florestal, Lei nº 4.771/65, Decreto Federal nº 99.274, de 06 de junho de 1990, Lei Estadual nº 14.309, de 19 de junho de 2002 e Decreto Estadual nº 43.710, de 08 de janeiro de 2004, e demais legislação florestal vigente.

2 - Educação ambiental e florestal através de reuniões cívicas, comemorativas, com a finalidade de despertar o interesse aos bens e riquezas naturais, sem esquecer das datas alusivas ao calendário conservacionista, e do incentivo à inclusão ao currículo escolar.

3 - Incentivar a criação e as ações de entidades locais, caso não haja, com objetivo de conservar um meio ambiente ecologicamente equilibrado, nos termos da legislação vigente.

4 - Incentivar:

- a. Criação de Unidades de Conservação no âmbito do Município, nas suas diversas categorias.
- b. Reflorestamento de Propriedades Rurais.
- c. Criação de Reserva (s) Particular (es) - RPPN's.

5 - Fiscalização, conservação e recuperação das florestas, e demais formas de vegetação especialmente daquelas situadas:

- a. nas nascentes, margens dos rios, lagoas, veredas e similares.
- b. topos dos morros, montes, montanhas, serras e similares.
- c. nas Áreas de Preservação Permanente - APP's e Reservas Florestais Legais - RFL, nos termos dos artigos 1º a 4º e 16 do Código Florestal, Lei Federal nº 4.771 de 15 de setembro de 1965; da Lei Federal nº 9.605/98 e, da medida provisória 1.956/99 e alterações posteriores.
- d. áreas de parques e reservas equivalentes.

6 - Assessorar o Município na aprovação de áreas verdes e arbóreas em projetos de loteamento, parcelamento de solo e desmembramento de áreas, nos termos da Lei Federal nº 4.771/65, e Lei Federal nº 6.766, de 19 de setembro de 1979, e alterações posteriores.

8 - Prevenção de incêndios florestais.

9 - Prevenção de erosões.

10 - Identificar e informar, oportunamente, aos órgãos especializados, do Ministério Público, Polícia Militar, IEF, COPAM, IGAM e FEAM, conforme o caso, a existência de ameaça potencial ou de efetiva degradação ambiental, propondo medidas para a sua recuperação e nomeando eventuais culpados.

11 - Colaborar com as atividades meio e fim desenvolvidas nas Unidades de Conservação (UC's) e reservas equivalentes sob a administração de um dos partícipes.



Resposta

[Assinatura]



CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO IEF

As obrigações do IEF são:

1. Prestar assistência técnica na implantação de projetos de arborização urbana no Município.
2. Coordenar e orientar as atividades, através de um servidor habilitado em vistorias, emissão de laudos técnicos e outras inerentes ao objeto deste Termo.
3. Proceder a análises e vistorias para fins de autorização para exploração florestal nas áreas rurais do Município, em consonância ao disposto na Lei Estadual nº 14.309/02.
4. Proceder às análises para fins de controle e registro dos pedidos de uso porte e comercialização de motosserras nos termos da Lei Estadual nº 10.173/90.
5. Colaborar com as ações de fiscalização da taxa florestal no município em caso de eventual convênio com a Secretaria de Estado na Fazenda.
6. Incentivar a implantação de florestas sociais, unidades de conservação municipais e RPPN's.
7. Participar com a prefeitura e lideranças na proteção dos mananciais.
8. Fornecer a Prefeitura elementos e informações necessárias a realização das atividades deste Termo.
9. Arcar, quando possível, com diárias, para treinamento (capacitação) dos servidores lotados na AFLOBIO quando solicitados, para fora do município, pelo Escritório Regional Centro Sul - IEF, para execução deste Termo.
10. Arcar com diárias dos técnicos habilitados e cedidos para efetiva vistorias realizadas fora do município, visando andamento de processos de perícia, demarcação de reserva legal, intervenção ambiental e atividades congêneres.
11. Orientar os servidores cedidos pela Prefeitura quanto aos procedimentos relativos à formalização de Processos, para fins de autorização de exploração florestal nas áreas urbanas do Município.
12. Fornecer quando possível veículo da Autarquia IEF por meio de cessão de uso para o atendimento da demanda do técnico inerente ao presente Termo, ficando o condutor obrigado a zelar pelo veículo eventualmente disponibilizado



11/07/02

[Assinatura]



e observar e acatar a legislação de trânsito e normas de uso de veículos oficiais.

13. Fornecer ao técnico habilitado e cedido para cumprimento do presente termo, por meio de cessão de uso, os seguintes equipamentos para atividade de campo: GPS, máquina fotográfica, trena, clinômetro e colete de identificação, ficando sobre a responsabilidade do usuário.
14. Disponibilizar material exclusivo de uso do IEF (envelopes, capas de processos e demais formulários).
15. Priorizar as demandas do Município de Brumadinho caso o IEF mantenha ou firme convênios com outros municípios prevendo atendimento pela AFLOBIO/Brumadinho.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE BRUMADINHO

As obrigações do Município são:

1. Colocar a disposição do **PRIMEIRO PARTÍCIPE** 01 (um) técnico de nível superior ou médio, com registro no CREA-MG, com exclusividade para atividade de presente termo sendo que não poderá exercer atividades correlatas e deverá ser servidor do **SEGUNDO PARTÍCIPE**, o qual arcará inteiramente com o pagamento dos vencimentos e demais encargos funcionais para execução do Termo de Cooperação Técnica, excetuando diárias para deslocamentos e serviços do **PRIMEIRO PARTÍCIPE**.
2. O servidor municipal indicado pelo **SEGUNDO PARTÍCIPE**, Sr. Edson Araujo Rabelo, Técnico em Meio Ambiente, diplomado no Colégio Metrópole de Belo Horizonte/MG, portador da Carteira de Identidade nº M - 5.285.539 SSP/MG, CPF: 695546926-68, CREA nº 35668/TD, habilitação junto ao DTRAN nº 01874504555 (categoria AB), residente e domiciliado a Rua 04 de julho, nº 45, Conjunto Santa Maria, Belo Horizonte, CEP 30.440-660, telefone (31) 3373.5309, podendo ser substituído por outro, de comum acordo dos partícipes, nesta função, por conveniência administrativa do **PRIMEIRO PARTÍCIPE**. Ressalte-se que o servidor deverá obedecer à legislação estadual bem como a legislação interna e hierarquia do **PRIMEIRO PARTÍCIPE**.
3. O técnico cedido ficará a disposição do **PRIMEIRO PARTÍCIPE**, procederá às vistorias, análise e pareceres para atividades afins do Termo, com deslocamento em áreas rurais de atuação do **PRIMEIRO PARTÍCIPE**, dentro e fora do município quando solicitado pelo Instituto Estadual de Florestas.



Manoel

[Assinaturas manuscritas]



4. Ceder para as atividades deste Termo 01 (uma) pessoa de no mínimo nível médio (administrativo), que deverá ser capacitada para o bom desenvolvimento das atividades inerentes ao Termo e serão de responsabilidade os encargos do vínculo, os ônus tributários, trabalhistas e previdenciários.
5. Os servidores cedidos pela Prefeitura serão responsabilizados pelos seus atos de imprudência, negligência e imperícia.
6. Fornecer ao Instituto Estadual de Florestas os elementos e informações necessárias à realização das atividades deste Termo;
7. O técnico cedido pela Prefeitura Municipal assume a responsabilidade pelo veículo cedido por meio de cessão de uso, pela autarquia, observando as normas do IEF e de trânsito.
8. Fornecer manutenção/reparos/consertos e combustível para o veículo Oficial, pertencente ao IEF cedido para atender a demanda e execução do presente Termo.
9. Destinar sala ou alugar imóvel adequado para a instalação da AFLOBIO, efetuando pagamento das tarifas de luz, água, telefone, condomínio e IPTU e demais pagamentos do referido imóvel. O telefone ou ramal disponibilizado deve compor linha interurbana e celular para execução das atividades.
10. Manutenção e conservação da sala disponibilizada para o funcionamento da AFLOBIO de BRUMADINHO, com pintura, limpeza e reparo diversos.
11. Manter a estrutura mínima para o funcionamento da AFLOBIO com mesas, cadeiras, computadores, impressoras e armários.
12. Suprir a AFLOBIO com material de escritório como papel, lápis, borracha, caneta, grampeador, furador, recarga de tinta de impressão (toner/cartucho) e disponibilizar link de acesso a Internet, arcando com todos os ônus decorrentes da manutenção deste link.
13. Proceder às análises e vistorias para fins de autorização para exploração florestal nas áreas urbanas do Município, de acordo com a legislação vigente.
14. Exercer outras atividades correlatas.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DESPESAS E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas, indiretas e estimada, decorrentes da execução do presente Termo, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias pelo Instituto Estadual de Florestas, para o exercício de 2011:



Viçosa

[Assinatura]



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos - SISEMA
Instituto Estadual de Florestas - IEF
Regional Centro Sul



2101.18.122.001.2417.0001.3190.11.00-26.1
R\$ 1000,00

2101.18.122.701.2050.0001.3390.14.00-60.1
2101 18.541.169.1395.0001 33.90.14.31.1.0
2101 18.542.182.4162.0001 33.90.14.31.1.0

R\$ 10.800,00

2101.18.122.701.2050.0001.3390.30.00-60.1
2101 18.541.169.1395.0001 33.90.30.31.1.0
2101 18.542.182.4162.0001 33.90.30.31.1.0
R\$ 6.500,00

2101.18.122.701.2050.0001.3390.39.00-60.1
2101 18.541.169.1395.0001 33.90.39.31.1.0
2101 18.542.182.4162.0001 33.90.39.31.1.0

R\$ 1.200,00

TOTAL.....R\$ 19.500,00

As despesas, do Município de **Brumadinho**, decorrentes do presente Termo
correrão por conta da seguinte dotação orçamentária estimadas para o exercício
de 2011:

02.09.01.18.541.0034.2059 3.3.30.41.00

R\$15.000,00

Parágrafo único - Os demais exercícios terão suas dotações colocadas na
forma de apostilamento nos termos da Lei nº 8.666/93.



Adriana Cristina H. Barbosa
GERENTE REGIONAL MASP 16212256
CENTRO SUL / IEF BARBACENA

Alcaminos

[Assinaturas manuscritas]



CLÁUSULA QUINTA- DOS ADITAMENTOS

Quanto aos aditamentos deste ajuste no tocante em alocar recursos para cada ano de vigência das atividades nele previstas, sem alteração do seu objeto, poderão ser feitos a critério dos partícipes por termo de apostilamento ou aditivo.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O prazo de duração do presente Termo de Cooperação Técnica é de 60 (sessenta) meses e sua vigência terá início a partir da publicação do presente Termo no Diário Oficial de Minas Gerais.

CLÁUSULA SÉTIMA- DA RESCISÃO

O presente Termo poderá ser rescindido a qualquer tempo, desde que notificado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, motivadamente nos casos de inadimplência de qualquer das partes, por interesse público ou de força maior; cabendo à parte prejudicada, no caso de perdas e danos, o direito de pleitear indenização, desde que devidamente comprovados os prejuízos havidos.

Parágrafo único. No caso de rescisão ou extinção deste Termo, será facultada ao Instituto Estadual de Florestas, a retirada de material de sua propriedade, devidamente arrolados pelo IEF e destinados à execução deste.

CLÁUSULA OITAVA - DO GESTOR DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Fica designado como gestor deste Termo o Gerente do Núcleo Operacional Floresta, Pesca e Biodiversidade de **Belo Horizonte/Regional Centro Sul**.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

Para que este Termo de Cooperação Técnica atenda aos princípios legais da Administração Pública, o mesmo será publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos mediante comum acordo, respeitada a legislação vigente.

[Assinatura]

[Assinatura]

Fls. nº 02
Rubrica
Centro S



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos - SISEMA
Instituto Estadual de Florestas - IEF
Regional Centro Sul



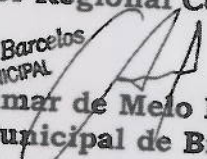
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

Fica eleito o foro de Barbacena/MG para dirimir as dúvidas porventura oriundas da execução deste Termo excluindo qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem as partes justas e de acordo, assinam o presente Termo de Cooperação Técnica, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo indicadas, para os fins de direito.

Barbacena, 15 de março de 2011.


Cláudio Nogueira Bastos
Supervisor Regional Centro Sul - IEF


Avimar de Melo Barcelos
PREFEITO MUNICIPAL
Avimar de Melo Barcelos
Prefeito Municipal de Brumadinho/MG
CNPJ sob o nº 18.363.929/0001-40

TESTEMUNHAS:

- 1 - Nome: *Paula Maria Ladeira*
CPF: *079.938.086-50*
Endereço: *Rua da Fátima, 15-A - São José - Barbacena.*
- 2 - Nome: *Livia Virginia Paetano Campos*
CPF: *056.044.546-69*
Endereço: *Rua Sorocaba n° 12 - Novo Horizonte - Barbacena - MG*



LEI MUNICIPAL Nº 1.505/2005

"Altera a Lei nº 1.159, de 29 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a regulamentação do Fundo Municipal do Meio Ambiente e dá outras providências".

A Câmara Municipal de Brumadinho aprovou, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA, com o objetivo de garantir o desenvolvimento de projetos que visem o uso racional e sustentável dos recursos naturais existentes no Município, bem como facilitar e administrar a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados ao desenvolvimento de ações que visem à proteção, conservação e melhoria da qualidade ambiental no Município de Brumadinho.

Art. 2º - O Fundo Municipal de Meio Ambiente, vinculado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e CODEMA, tem natureza contábil, indispensável para a garantia das ações ligadas ao Meio Ambiente do Município de Brumadinho, tendo vigência determinada.

Parágrafo único - A estrutura organizacional e o desenvolvimento de atividades do Fundo constarão de normas próprias aprovadas pelo CODEMA e homologadas em Decreto pelo Chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - São receitas do Fundo Municipal de Meio Ambiente:

- I. dotações orçamentárias do Município e créditos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;
- II. doações, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis que venha receber de pessoas físicas ou jurídicas nacionais ou internacionais;
- III. créditos provenientes da aplicação de penalidades oriundas de violação das normas de proteção ambiental ocorridas no Município, no âmbito de sua competência;
- IV. recursos provenientes de transferências do Fundo Nacional do Meio Ambiente e do Fundo Estadual de Defesa Ambiental;
- V. rendimento de qualquer natureza, que venha a auferir como remuneração decorrente de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;
- VI. recursos obtidos da venda de publicações e materiais, além daqueles advindos de campanhas e eventos, todos relacionados com a causa ambiental;
- VII. recursos advindos de convênios, consórcios, acordos e contratos firmados entre o Município e instituições privadas e públicas, nacionais, federais, municipais e internacionais;
- VIII. recursos decorrentes de operações de crédito, internas e externas, destinados aos programas e projetos da área ambiental;
- IX. valores correspondentes à restituição do principal e rendimentos provenientes de financiamentos efetuados com recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente;
- X. emolumentos de análise de processos de licenciamento;
- XI. recursos havidos da implementação do P.R.F.;
- XII. recursos resultantes de penas pecuniárias aplicadas por infrações à legislação ambiental.

§ 1º - As dotações previstas no Orçamento Municipal serão automaticamente transferidas para a conta

do Fundo Municipal do Meio Ambiente, conforme programação financeira e cronograma de desembolso, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2.000.

§ 2º - Os recursos que compõem o FMMA serão depositados em instituição financeira estatal, em conta especial, sob a denominação: Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA.

§ 3º - A contabilidade e a prestação de contas do Fundo obedecerão as normas da prestação, organização e desenvolvimento de atividades estabelecidos em Lei e regulamentos específicos, bem como à aprovação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

§ 4º - O saldo financeiro do FMMA, apurado em balanço ao final de cada exercício, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

Art. 4º - As verbas do FMMA serão aplicadas em conformidade com o seu “Plano de Aplicação de Recursos”, sendo admitida a celebração de convênios, consórcios, acordos ou ajustes com órgãos e entidades da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim com entidades privadas cujos objetivos sejam a proteção e preservação do Meio Ambiente e desde que não possuam fins lucrativos.

Art. 5º - Os recursos financeiros serão aplicados em projetos nas seguintes áreas:

- I. recomposição de áreas degradadas, desde que não identificado o agente degradador ou não seja possível a implementação da obrigação de fazer;
- II. conservação e aproveitamento econômico, racional, sustentável, dos recursos naturais sustentáveis, dos recursos naturais existentes;
- III. educação ambiental;
- IV. controle e fiscalização ambiental;
- V. parques municipais.

Parágrafo único – Para a realização dos projetos acima declinados, fica autorizada a aquisição e manutenção de equipamentos, custeio de serviços, celebração de convênios, consórcios, acordos e termos, bem como quaisquer outras medidas de necessidade comprovada, observadas as determinações legais.

Art. 6º - O Fundo Municipal do Meio Ambiente terá gestão pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente e fiscalizado por um Conselho Fiscal composto por 6 (seis) membros e seus respectivos suplentes, sob acompanhamento e fiscalização do Ministério Público, com mandato de 2 (dois) anos, admitida uma única recondução, integrado por:

- I. 01 (um) membro de livre indicação do Prefeito Municipal, que tenha notório envolvimento com as atividades de preservação do Meio Ambiente;
- II. 01 (um) representante eleito entre os diretores dos estabelecimentos de ensino existentes no Município;
- III. 01 (um) representante indicado pela Secretaria Municipal de Saúde;
- IV. 01 (um) contador indicado pelo Secretário Municipal de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
- V. 01 (um) representante do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CODEMA ou, na falta deste, da sociedade civil.

Parágrafo único – A participação no Conselho Fiscal é considerada de relevante interesse público, terá caráter voluntário e não será remunerada.

Art. 7º - O Conselho Fiscal terá um presidente eleito por maioria de votos de seus membros, em votação direta e secreta, para um mandato de 2 (dois) anos, admitida uma única reeleição.

Art. 8º - São atribuições do Presidente do Fundo Municipal do Meio Ambiente:

- I. apresentar anualmente o "Plano de Aplicação de Recursos";
- II. acompanhar a execução do plano referido no inciso anterior, mediante a disponibilidade financeira.

Art. 9º - A gestão administrativa, financeira e contábil do Fundo será exercida pelo gestor, o qual, através de balancetes semestrais e outros demonstrativos contábeis e do Balanço Geral no fim de cada exercício, prestará contas de sua gestão ao Conselho Fiscal, ao qual compete o acompanhamento, bem como a fiscalização da aplicação dos recursos pelo Fundo.

Parágrafo único - A movimentação financeira será realizada mediante assinatura conjunta do Presidente e de um tesoureiro, designado pelo Secretário Municipal de Saúde.

Art. 10 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a incluir no Plano Plurianual – PPA, referente ao quadriênio de 2006 a 2009 e na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO do Município de Brumadinho para 2006 as diretrizes gerais, os objetivos e as metas decorrentes da implantação e execução desta Lei.

Art. 11 – As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações alocadas na Lei Orçamentária.

Art. 12 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 – Revogam-se as disposições em contrário.

Antônio do Carmo Neto
Prefeito Municipal